CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Ano XXX - N° 5.936

Quarta-feira, 7 de Abril de 2021

Marcelo Maia e INBV projetam maior atenção às comunidades

Segundo o vereador, o Instituto Nacional de Bombeiros Voluntários Águia Resgate desenvolve trabalhos de valorização da cidadania



Foto: Assessoria do vereador

O vereador Marcelo Maia, líder do PMN na Câmara Municipal de Salvador, visitou no sábado (3), a sede do Instituto Nacional de Bombeiros Voluntários (INBV) Águia Resgate, localizado na Ladeira dos Aflitos. Durante a visita, combinou-se a realização de oficinas permanentes dentro das comunidades visando a prevenção, segurança e envolvimento em práticas sociais e humanitárias.

LEIA MAIS NA PÁGINA 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Duda Sanches
dudasanches@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Isnard Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Joceval Rodrigues
jocevalrodrigues@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Carlos Muniz
carlosmuniz@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Sabá
saba@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Téo Senna
teosenna@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
Átila do Congo
atiladocongo@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Augusto Vasconcelos
augustovasconcelos@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Substituto:
Anderson Ninho
andersonninho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

Diretor de Comunicação
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

SIGA A CÂMARA NAS REDES SOCIAIS

@camarasalvador

@camaradesalvador

camaradesalvador

TV Câmara Salvador / Canal aberto 12.3

Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

Vereadora comemora retorno das atividades econômicas

"Decisão sensata e equilibrada", disse Débora Santana sobre retomada gradual em Salvador

Após ter protocolado junto à Prefeitura de Salvador um ofício para abertura gradual das atividades econômicas, a vereadora Débora Santana (Avante) comemorou a decisão do prefeito Bruno Reis, que optou pela abertura do comércio na segunda-feira (5), com todos os protocolos de segurança e de forma gradual.

"Parabenizo o prefeito Bruno Reis pela decisão sensata e equilibrada, em buscar conciliar a saúde da população nesse momento de pandemia e as atividades econômicas de nossa cidade, acredito que com essa atitude todos sairão ganhando", celebrou a Débora Santana.

Foto: Assessoria da vereadora



Vereadora Débora Santana parabenizou o prefeito pela decisão

A vereadora afirmou que ficou muito contente com o anúncio da retomada de forma gradual. "Foi justamente esse o nosso pedido no último dia 19 de março, quando protocolamos na Prefeitura um ofício acerca do tema", disse a vereadora Débora Santana.

Garis e margaridas na lista de grupos prioritários para vacinação

Informação é do vereador Luiz Carlos Suíca

Garis e margaridas passam a integrar o grupo prioritário para vacinação contra a Covid-19 no país. A informação foi do vereador Luiz Carlos Suíca (PT), durante seminário de formação nacional do Partido dos Trabalhadores. Um projeto de lei (nº 1011/20) foi aprovado no plenário da Câmara dos Deputados e uma emenda de autoria dos parlamentares federais Jorge Solla (PT-BA) e Léo de Brito (PT-AC) estabeleceu os profissionais da limpeza urbana como prioritários no processo de imunização.

"É uma vitória importante para a categoria. Esses trabalhadores e trabalhadoras estão na linha de frente do combate ao novo coronavírus desde o começo da pandemia há um ano. São eles que estão ajudando a manter a cidade limpa, gerando saúde e promovendo o bem-estar de todos nós. Então, nada mais justo que essa emenda dos deputados petistas passasse com urgência no Congresso. Foi uma demanda nossa e fomos até a origem da questão para poder resolver isso de forma imediata", descreve Suíca.

Foto: Assessoria do vereador



Vereador Suíca comemora a medida

Marcelo Maia busca parceria com bombeiros voluntários

Vereador visitou sede de instituto e articulou realização de oficinas em comunidades

O vereador Marcelo Maia, líder do PMN na Câmara Municipal de Salvador, visitou no sábado (3), a sede do Instituto Nacional de Bombeiros Voluntários (INBV) Águia Resgate, na Ladeira dos Aflitos. Durante a visita, foi acordada a realização de oficinas permanentes dentro das comunidades visando a prevenção, segurança e envolvimento em práticas sociais e humanitárias.

O INBV desenvolve trabalhos de valorização da cidadania junto a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. "O grupo é composto por voluntários que desenvolvem sua missão pautada em ajudar o próximo, desenvolvendo ações sociais em benefício da coletividade", destacou Maia.

Foto: Assessoria do vereador



Marcelo Maia com bombeiros voluntários

O vereador diz que, neste período de pandemia, o grupo vem atuando no fortalecimento das atividades de combate à Covid-19, como a desinfecção em comunidades, campanha de recolhimento e distribuição de alimentos.

"O Instituto Nacional de Bombeiros Voluntários Águia Resgate é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter educacional, inclusivo e social. Seus integrantes são preparados para resgate aquático, em escombros, em altura, combate a incêndio, além de suporte a grandes eventos oficiais", enumera Marcelo Maia.

Julio Santos apresenta projeto de combate ao trabalho infantil

Proposição torna obrigatória a divulgação da proibição em locais públicos

Preocupado com a exploração da mão de obra de crianças e de adolescentes na capital baiana, o vereador Julio Santos (Republicanos) apresentou na Câmara Municipal de Salvador o Projeto de Lei n°112/2021, que torna obrigatória a divulgação em espaços coletivos da proibição do trabalho infantil.

O projeto foi protocolado na Casa após ação da Superintendência Regional do Trabalho (SRT-BA) que flagrou crianças e adolescentes tendo a mão de obra explorada nas praias de Salvador e Região Metropolitana. Foram notificados 16 estabelecimentos por exploração de mão de obra infantil.

"Nesta ação, 39 crianças estavam realizando trabalhos irregulares nas praias, tendo uma delas apenas 7 anos idade, um ato totalmente ilegal, que prejudica a infância. Por isso, precisamos criar medidas que venham coibir a exploração do trabalho infantil", justificou o legislador.

Foto: Assessoria do vereador



Vereador Julio Santos

"As estatísticas relacionadas ao trabalho infantil são alarmantes, o que gera em nós, enquanto poder público, a preocupação em propor medidas para assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, além de mediar a conscientização coletiva e posteriormente, a erradicação da exploração infantil" explicou o parlamentar.

O texto da proposição traz como obrigatória a divulgação da proibição de exploração do trabalho infantil, com a fixação de cartazes em terminais rodoviários, veículos de transporte coletivo, lanchonetes, restaurantes, barracas de praia, lojas de conveniência, Unidades Básicas de Saúde, hospitais, clínicas, consultórios e similares, e demais locais de grande circulação de pessoas, onde haja fácil visualização.

LOCAL VISÍVEL

O cartaz deve conter a frase: "É proibida a exploração de trabalho infantil, caracterizada como qualquer forma de trabalho que seja exercido por crianças ou adolescentes, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Vamos combater o trabalho infantil. Denuncie: Disque 100!".

A Bahia é o terceiro maior estado em números de denúncia contra o trabalho infantil, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apenas em 2019, 250 mil crianças foram exploradas no estado. Julio Santos está em seu primeiro mandato na Câmara de Salvador e destaca que tem defendido com afinco as crianças, os adolescentes e os jovens.

Projeto de Roberta Caires combate superendividamento

Vereadora relaciona questão com a pandemia do novo coronavírus

Foto: Assessoria da vereadora



Vereadora Roberta Caires

A instabilidade econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus afetou tanto os soteropolitanos que a vereadora Roberta Caires (Patriota), presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal, protocolou o Projeto de Lei nº 92/2021 para combater, prevenir e tratar o superendividamento. O fenômeno acontece quando o consumidor não tem mais condições de pagar suas dívidas e essa é a realidade de 10% das famílias da capital baiana, de acordo com pesquisa da Fecomércio.

Conforme o estudo, há ainda 588 mil famílias endividadas, bem perto do superendividamento, e 94% delas estão com problemas com o cartão de crédito. A inadimplência, segundo a pesquisa, já alcança 38% das famílias de Salvador.

"Precisamos promover instrumentos legais e cobrar das autoridades amparo às pessoas de boa-fé que, por conta da pandemia, não conseguiram honrar seus compromissos. Além disso, devemos atribuir responsabilidade às empresas que incentivam o consumo irresponsável, evitando a obsolescência programada", disse Roberta.

"O inciso XXXII do artigo 5º da Constituição Federal impõe como norma fundamental promover a defesa do consumidor em todos os aspectos da relação de consumo", lembrou a vereadora.

Para a parlamentar, são determinantes o incentivo da educação financeira, o estabelecimento de parcerias, convênios e termos de cooperação com instituições representativas do comércio, federação, associações comerciais e de lojistas, empresas privadas, prestadoras de serviços públicos, privados e regulados.

Foto: Assessoria da vereadora



ARTIGO

Maria Marighella*

Memória, verdade e justiça

Na madrugada do dia 31 de março para 1 de abril, Marighella não precisou ver os tanques de guerra invadindo a cidade do Rio de Janeiro para saber que o Golpe era iminente. Dirigente comunista desde os anos 30, era um dos poucos a ter nitidez do cerco que chegava ao Brasil. Meu pai, Carlinhos, desde o início daquele 1964, já estava matriculado num semi-internato, pelo pai, como prova daquela certeza. Ele dizia: se algo me acontecer, você volta para o Colégio.

E foi assim. Estava certo. Com as tensões crescentes que marcaram aquele dia, Marighella, ao lado de sua companheira Clara Charf, arrumou rapidamente uma sacola e desceu às pressas as escadas do seu apartamento enquanto a polícia subia pelo elevador e entrou pela última vez na clandestinidade que durou até o seu brutal assassinato em 1969.

Eu não era nascida e nem precisava para ser atravessada irremediavelmente por este episódio. Não é preciso estar na cena para ser parte dela. Assim, em alguma parte mais ou menos viva da memória coletiva, está o Brasil, marcado irremediavelmente pelo golpe civil-militar de 1964. Militar porque seriam eles a instaurar o regime político autoritário, com perseguição política e moral, cassação de direitos, censura, suspensão de direitos civis e políticos, institucionalização da tortura, execução e ocultação de cadáveres de opositores. Civil porque teve ampla participação de setores tanto das elites quanto conservadores da sociedade brasileira, como empresários, banqueiros, imprensa empresarial, políticos e setores das igrejas. Um regime autoritário não se sustentaria por 21 anos sem este tipo de apoio.

Esta descrição evidencia que o passado da ditadura não passou, é uma radiografia do presente travestida nos discursos de ódio e negacionistas, na censura, na tentativa de criminalizar e sufocar os movimentos sociais, na recusa de dialogar com a sociedade civil, na inação criminosa frente à tragédia da pandemia. Está impressa em práticas de execução de ativistas de direitos humanos e ambientais, está na prática de extermínio da população negra e periférica.

Quando não há uma revisão radical do passado da ditadura, quando não completamos a nossa justiça de transição, o entulho autoritário permanece nas leis, nas instituições, na naturalização da cultura da violência. Quando as violações de direitos humanos do passado, e do presente, não são reveladas em sua inteireza e seus perpetradores não são denunciados e julgados, a sombra do autoritarismo e da impunidade nos açoita cotidianamente. Somos obrigados a ver o bombardeio de informações indistintas confundindo e entorpecendo a população, a glorificação de torturadores e de datas que deveriam nos envergonhar, o ataque à Constituição, a violência armada naturalizada, os direitos humanos desmontados, a ciência e a liberdade de expressão atacadas.

É através da Memória, Verdade e Justiça que podemos refazer o pacto social. Os novos tempos nos convocam a fazer a defesa radical da democracia e de nossa Constituição Cidadã, construída num amplo debate social, com participação. Hoje, as constantes aspirações golpistas do governo Bolsonaro, que incita o caos e a instabilidade social, não são mais que essa sombra a nos perseguir. Liguemos a luz da democracia.

***Maria Marighella é vereadora da Câmara Municipal de Salvador**

CÂMARA MUNICIPAL

EXPEDIENTE

1ª SESSÃO LEGISLATIVA
19ª LEGISLATURA

Salvador, 5 de abril de 2021.

MOÇÃO Nº 33/21..... Repúdio ao Ato Inconstitucional da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Lauro de Freitas.
Discussão única – Votação
Autor: Vereador ALBERTO BRAGA

ATA

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO DE 2021.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR CARLOS MUNIZ
2º SECRETÁRIO: VEREADOR SABÁ

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELLOS, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTÔNIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 103 e 104/21 do Gabinete do Prefeito encaminhando, respectivamente, os Decretos n.s 33.679/21, e 33.682/21, referentes a Aberturas de Créditos Extraordinários; Mensagem n. 5/21 do Executivo Municipal o Projeto de Lei Complementar n. 1/21; Mensagens n.s 6 e 7/21 do Executivo Municipal encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei n.s 108 e 109/21; Projetos de Lei n.s 101/21 do vereador Augusto Vasconcelos, 102/21 do vereador Alberto Braga, 103/21 do vereador Tiago Ferreira, 104/21 do vereador Sílvio Humberto, 105/21 do vereador Tiago Ferreira, 106/21 do vereador Geraldo Júnior e 107/21 do vereador Alberto Braga; Projetos de Indicação n.s 180/21 do vereador Ricardo Almeida, 181/21 da vereadora Ireuda Silva, 182 e 183/21 do vereador Geraldo Júnior e 184 a 186/21 do vereador André Fraga; Projetos de Resolução n.s 39/21 do vereador Augusto Vasconcelos e 40/21 do vereador Geraldo Júnior; Requerimento n. 132/21 da vereadora Marta Rodrigues; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 12/21 da vereadora Cris Correia e 13/21 do vereador Henrique Carballal; e Moções n.s 27/21 do vereador Marcelo Maia e 28 e 29/21 do vereador Emerson Penalva. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente destacou que as dificuldades trazidas pela pandemia eram a razão principal da convocação para esta Sessão Extraordinária. Sublinhou o tratamento democrático que dava a todos, às vezes sem ser compreendido, e pediu que a sua posição fosse compreendida pelos pares. Lembrou o respeito que dedicava aos interesses da Oposição. Mencionou os Projetos na Ordem do Dia, destacando o que se referia à problemática do transporte público e afirmando a importância da CMS diante disso. Expôs que havia intervenção no transporte, o que fazia o Município aportar 14 milhões no sistema em razão de irresponsabilidade de empresários do setor. Salientou o papel da Oposição em sua gestão e a responsabilidade dos edis com os trabalhadores do transporte público, contando conversações que tivera, com alguns pares, a esse respeito, e apontando as dificuldades vividas pelos rodoviários na pandemia. Alertou que, sem a ação da CMS, esses trabalhadores ficariam sem remuneração e contou ter recorrido ao saber jurídico do vereador Edvaldo Brito, a quem enalteceu, para encontrar saída. Analisou aspectos jurídico-legais da intervenção em tela, mostrando ser necessária uma normatização municipal relativa a norma federal. Explicou que era também necessária, ao lado da aprovação do referido Projeto, a requisição administrava dos ônibus e galpões da empresa CSN, e que, como dito pelo vereador Hélio Ferreira, a contratação de profissionais por Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) deveria recair sobre os que já atuavam no setor. Anunciou a criação de um grupo de trabalho para a crise no transporte, alertando que não poderiam deixar se esgotar o prazo da intervenção, e pediu que trouxessem opções de empresas aptas a assumir a bacia da CSN. Disse que exigiria relatório semanal desse grupo de trabalho, sem o quê, nada seria votado na Casa, e que o grupo seria incumbido de buscar empresas, inclusive fora do Estado, para atender essa demanda e evitar que se operasse sucessão empresarial para qualquer empresa, com assunção de passivos. Pela ordem, o vereador Hélio Ferreira, presidente da Comissão de Transporte e, também, rodoviário e líder sindical, contou que, ao lado do vereador Tiago Ferreira, com quem iria ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), sugerira Emenda prevendo prazo máximo de seis meses para que o Município fizesse nova licitação e os trabalhadores não perdessem o emprego. Pela ordem, o vereador Tiago Ferreira, vice-presidente da Comissão de Transporte e, também, rodoviário e líder sindical, alertou para possíveis demissões e contou sobre deliberações de assembleia que seriam levadas ao TRT. Afirmou serem prioridade as rescisões contratuais e defendeu a Emenda referida pelo vereador Hélio Ferreira. Observou a precariedade do REDA, afirmando que esse modelo não poderia se prolongar. O senhor presidente enalteceu a luta dos vereadores Hélio Ferreira e Tiago Ferreira junto à Justiça e ao Ministério Público. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito agradeceu o reconhecimento à sua colaboração e sublinhou que fazia o que era o seu dever como vereador da Cidade. Pediu que o Projeto de Lei n. 199/20, sobre a matéria em comento, fosse o primeiro a ser votado, por uma questão de ajuste aos que viriam em sequência. Ofereceu ajuda, inclusive à Procuradoria do Município, para evitar sucessão empresarial, a qual avaliou impossível sob intervenção. O senhor presidente concordou com a inversão da pauta para a votação inicial desta matéria e submeteu a ideia ao Plenário, que a aprovou. Pela ordem, a vereadora Marta Rodrigues, líder da Oposição, declarou que a sua bancada, em perspectiva coletivista, defendia os pontos trazidos no Projeto em comento e pediu prazo para se apreciar o Projeto sobre cultura, que demandava maior estudo. O senhor presidente destacou a atuação do vereador Sílvio Humberto quanto ao Projeto do *Salvador por Todos* e disse que, se o Projeto sobre cultura não fosse satisfatório, deveria ser substituído. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal registrou pesar pelo falecimento do ex-deputado federal Haroldo Lima, cujo perfil enalteceu, e pediu a votação de sua Moção de pesar a respeito. Contou iniciativa sua para que o Executivo registrasse a importância de pessoas como Haroldo Lima, relatando que contara com o apoio do ex-deputado quando foi preso durante a militância política, com apenas 16 anos. Sobre o transporte, criticou o modo como a questão fora tratada e parabenizou o senhor presidente e os pares pela postura adotada no momento. O senhor presidente concordou com a Moção, a qual considerou simbolicamente aprovada, explicando que não seria regimentalmente possível a sua votação em sessão extraordinária, ficando, pois, a sua aprovação efetiva para a próxima sessão ordinária. Passando-se à **Ordem do Dia**, foi apreciado o Projeto de Lei n. 199/20 e suas duas Emendas, de autoria do vereador Edvaldo Brito. Subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Finanças e Orçamento, e de Transporte, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável a todo o conteúdo. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi também aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 199/20 foi aprovado, com suas Emendas, até a Redação Final. Em apreciação o Projeto de Lei Complementar n. 1/21, com Emenda, subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ e pelas Comissões de Finanças, de Transporte e de Saúde, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi também aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei Complementar n. 1/21 foi aprovado, com sua Emenda, até a Redação Final. Em apreciação o Projeto de Lei n. 93/21, relativo ao *Salvador por Todos*, subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ e pela Comissão de Finanças, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi também aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 93/21 foi aprovado até a Redação Final. Em apreciação o Projeto de Lei n. 108/21 e sua Emenda, sobre auxílio para profissionais da cultura, teve a palavra o vereador Sílvio Humberto, presidente da Comissão de Cultura. O edil defendeu atenção específica para o segmento cultural durante a pandemia, observando ter sido o primeiro setor paralisado. Expôs a concepção de cultura baseada em toda a cadeia envolvida na atividade. Alertou que o Projeto dava facultatividade, ao Executivo, quanto à segunda parcela do benefício e questionou o valor previsto, indagando por que não se previa o mesmo montante do *Salvador por Todos*. Questionou as regras do cadastramento. Afirmou a cultura como eixo estruturante da economia, especialmente na recuperação pós-pandemia, e pediu respeito por parte do Executivo. Teve a palavra o vereador Ricardo Almeida, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que contou ter dialogado com o Executivo, seguindo orientação do senhor presidente, e afirmou a urgência do pagamento aos profissionais da cultura. O senhor presidente declarou apoio aos dois edis na luta pelos profissionais da cultura e de eventos, sugerindo conversa com o prefeito e lembrando os profissionais de pouca visibilidade. Em seguida, por designação do vereador Alexandre Aleluia, subiu à Tribuna o vereador Duda Sanches, para Parecer conjunto, pela CCJ e pelas Comissões de Finanças, de Cultura e de Desenvolvimento Econômico, ao Projeto e sua Emenda. O Parecer foi favorável ao Projeto, e o relator explicou não ter podido apreciar a Emenda por falta de tempo hábil. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi também aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 108/21 foi aprovado até a Redação Final. Por fim, foi apreciado o Projeto de Lei n. 109/21, sobre rubricas orçamentárias. Subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela CCJ e pela Comissão de Finanças, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi também aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 109/21 foi aprovado até a Redação Final. Em seguida, declararam voto os vereadores: Átila do Congo (que pediu tempo maior para análise de projetos, mesmo em urgência); Maria Marighella (que afirmou a impossibilidade de se analisar Projeto sobre cultura em tempo exíguo e registrou duas Emendas que não foram apreciadas); Anderson Ninho (que declarou, como ex-rodoviário, seu apoio a essa categoria); Sílvio Humberto (que apontou falta de discussão profunda sobre a mobilidade e a crise dos transportes, pediu que houvesse mulher no grupo sobre o transporte e reiterou sua defesa à cultura e seus profissionais); Débora Santana (que lembrou o falecido vereador Irmão Lázaro, cantor gospel, e pediu que esse segmento fosse tido como cultural); Joceval Rodrigues (que elogiou o Executivo e defendeu postura não-politizada frente à pandemia); Marta Rodrigues (que comentou sobre o transporte, apontando falta de transparência e não-cumprimento de acordos, e requerendo auditoria do Tribunal de Contas, pedido a ser formalizado pelo senhor presidente, além de pedir esclarecimentos do Executivo sobre o Projeto sobre cultura); Luiz Carlos Suíca (que pediu debate sobre a cultura e expressou receio sobre o REDA no transporte, pedindo a demissão dos patrões desse segmento); Augusto Vasconcelos (que declarou pesar por Haroldo Lima, a quem enalteceu, informou o aniversário do PCdoB e salientou as Emendas da Oposição sobre os Projetos de apoio aos trabalhadores, inclusive os da cultura); Laina Crisóstomo (que defendeu diversidade no grupo sobre o transporte, pediu maior tempo e participação na apreciação dos projetos e endossou o vereador Silvio Humberto sobre a cultura); Tiago Ferreira (que saudou o grupo de trabalho para o transporte); Alberto Braga (que elogiou gestora do Executivo pelo Projeto da cultura); Cláudio Tinoco (que elogiou o senhor presidente pelo trabalho de bastidor pelos Projetos de apoio à população, destacou a cultura e seus profissionais, elogiou o prefeito e seus gestores, e comentou sobre o transporte); e Sandro Bahiense (que enalteceu a cultura e seus profissionais, destacando o seu sofrimento e saudando a aprovação do Projeto a eles referente). O senhor presidente acolheu o pedido do vereador Sílvio Humberto para mulher no grupo sobre transporte; subscreveu os pleitos da vereadora Marta Rodrigues, também registrando, a pedido dessa vereadora, que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) fora aprovada com isenção de ISS para o transporte no montante de 5 milhões, enquanto o Projeto neste dia aprovado trazia 20 milhões; e elogiou, junto com o vereador Cláudio Tinoco, o comunicador Zé Eduardo, o Bocão. Por fim, enalteceu o vereador Edvaldo Brito como procurador da CMS e como seu conselheiro. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

VEREADOR (A) LICENCIADO (A)	PERÍODO	FUNDAMENTAÇÃO
SABÁ	23/03/2021	Art.17, inciso III, Res. 910/91 (Compilação)

ATO Nº 26/2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS, com fundamento no art. 31, § 3º da Constituição Federal e na Resolução nº 1.060/05 e nº 1.340/16 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, torna público que as contas dos Poderes Executivos e Legislativos do município de Salvador relativas ao exercício de 2020, encontram-se disponibilizadas eletronicamente no endereço https://e.tcm.ba.gov.br/epp/ConsultaPublica/listView.seam para exame e apreciação dos contribuintes, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia 1º de maio de 2021.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 06 de abril de 2021.

GERALDO JÚNIOR
Presidente

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO DEFERIDO

ASSUNTO: Licença Maternidade

CAD.	REQUERENTE	PROCESSO Nº	PERÍODO
17.745	Caroline Piton Pedreira Cruz	1330/2020	03/09/2020 A 01/03/2021



TV CÂMARA SALVADOR

PROGRAMAÇÃO

Quarta-feira, 7 de Abril de 2021

Assista à TV Câmara Salvador pelo canal 10 da Sim TV e pelo canal aberto 12.3, em sinal digital.

HORA	PROGRAMA	SINOPSE
08:00	TELEAULA MUNICÍPIO	Transmissão das aulas remotas da rede pública municipal de Salvador.
12:00	COLETIVA - CINTIA KELLY	O programa "Coletiva" recebe alguns nomes importantes do jornalismo para uma conversa com a apresentadora Cíntia Kelly.
13:00	TELEAULA MUNICÍPIO	Transmissão das aulas remotas da rede pública municipal de Salvador.
15:00	SESSÃO ORDINÁRIA	As Sessões Ordinárias acontecem ao vivo no Plenário Cosme de Farias, onde são discutidos os principais assuntos de interesse público.
17:00	LÁ NA ÁREA - ISABELA GARRIDO	O programa "Lá na área" te leva para conhecer um pouco mais sobre as histórias e curiosidades do bairros de Salvador, com a repórter Isabela Garrido.
17:30	VT MULHERES	VT da campanha sobre violência contra as mulheres da vereadora Ireuda Silva.
17:31	CIDADÃO QUEM - PÂMELA LUCCIOLA	No programa personalidades baianas são entrevistadas sobre os assuntos relacionados ao exercício da cidadania.
18:00	CULTURA NA TELA	Chamadas com artistas divulgando seus trabalhos e os eventos reaizados no Centro de Cultura.
19:05	POLÍTICA NA MESA	No programa os apresentadores Osvaldo Lyra e Lélia Dourado recebem um(a) convidado(a) para falar sobre política.
20:05	DIRETO DA REDAÇÃO - HELENA RAQUEL	Flash direto da redação da TV Câmara, trazendo as principais notícias da cidade, do país e do mundo.

*** Programação sujeita a alteração sem aviso prévio.**